

# A RESPEITO DO CARÁTER MATEMÁTICO – OU NÃO – DO MÉTODO DA *ÉTICA EUDÊMIA*

archai 

nº 20, may-aug. 2017

## REGARDING THE MATHEMATICAL CHAR- ACTER – OR NOT – OF THE *EUDEMIAN* *ETHICS* METHOD

GAZONI, F. (2017). A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*. *Archai*, n.º20, may-aug, p. 141-160  
DOI: [https://doi.org/10.14195/1984-249X\\_20\\_6](https://doi.org/10.14195/1984-249X_20_6)

**Resumo:** Joseph Karbowski (Karbowski, 2015) recentemente propôs reavaliar a reivindicação de Allan (Allan, 1961) de considerar o método da *Ética Eudêmia* como ‘quase matemático’. Neste artigo eu defendo que a disputa sobre o método no tratado eudêmio seria conduzida de modo mais perspicaz se, em vez de procurar ou negar características matemáticas na *Ética Eudêmia*, nós tentássemos analisar as características linguísticas dos verbos usados para introduzir premissas tanto no tratado eudêmio quanto em outros textos que usam esse recurso,

como os *Elementos*, de Euclides. Além disso, seja o método matemático ou não, as interpretações propostas por Allan e por Karbowski não são capazes de fornecer uma explicação completa para algumas importantes diferenças entre os livros I e II da *Ética Eudêmia*, diferenças para as quais eu ensaio algumas respostas.

**Palavras-chave:** Aristóteles, ética aristotélica, método, *Ética Eudêmia*, *Ética Nicomaqueia*.

**Abstract:** Joseph Karbowski (Karbowski, 2015) recently proposed to reevaluate Allan's claim of considering the method of the *Eudemian Ethics* as 'quasi mathematical' (Allan, 1961). In this paper I argue that the dispute about the method in the Eudemian treatise would be more perspicuously done if, instead of searching for or denying mathematical features in the *Eudemian Ethics*, we strive to analyze the linguistic features of verbs using for introducing the premisses in the Eudemian treatise as well as in other texts as the Euclidean *Elements*. Besides, be it mathematical or not, the interpretations proposed by Allan and Karbowski are not capable of providing a full explanation of some important differences between books I and II of the *Eudemian Ethics*, differences for which I propose some tentative answers.

**Keywords:** Aristotle, Aristotelian ethics, method, *Eudemian Ethics*, *Nicomachean Ethics*.

## I.

Meu intuito nesse artigo é bastante modesto e circunscrito. Por isso mesmo, pretendo que os resultados sejam úteis, ainda que a confirmação de sua utilidade só alcançará chancela definitiva, ao menos me parece, quando eles se enquadrarem em um panorama mais amplo de pesquisa das diferenças entre a *Ética Nicomaqueia* e a *Ética Eudêmia* e do método geral dos tratados aristotélicos. Pretendo colocar em relevo certas características da argumentação da *Ética Eudêmia*, características que me parecem salientes o suficiente para exigirem explicação, ainda que eu não esteja totalmente seguro das explicações que pretendo fornecer. Minha motivação inicial para isso é certa insatisfação com a retomada crítica, da parte de Joseph Karbowski, em seu artigo “Is Aristotle’s *Eudemian Ethics* Quasi-Mathematical?”, do famoso artigo de D.J. Allan, cujo título é “Quasi-Mathematical Method in the *Eudemian Ethics*”. Karbowski, sem deixar de reconhecer a reputação do artigo de Allan, afirma que não há sentido relevante em dizer que o método da *Ética Eudêmia* é quase matemático. Minha insatisfação, entretanto, não se orienta no sentido de reestabelecer a autoridade do artigo original de Allan e defender que o método da *Ética Eudêmia* é efetivamente matemático. A mim parece que, antes de perseguir o complexo objetivo de estabelecer qual seria o efetivo método que Aristóteles segue na *Ética Eudêmia* para chegar à definição de eudaimonia, seja ele matemático ou não, seria necessário inicialmente perseguir um objetivo mais modesto, caracterizar e tentar explicar a cesura existente entre os dois capítulos finais do livro I da *Ética Eudêmia* e o capítulo inicial do livro II. Dessa forma, estarei perseguindo aquilo que Allan denominou “descrição fenomenológica do sistema

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*’, p. 141-160

eudêmio”, descrição cujo objetivo, para ele, seria encontrar “quais são realmente as diferenças significativas entre as versões”<sup>1</sup>. Pretendo realizar essa descrição, entretanto, sem ter como objetivo precípua a comparação entre as duas éticas, ainda que ao final do artigo esse tema esteja esboçado. Quero antes descrever o caminho seguido por Aristóteles e mostrar o que me parece insuficiente tanto na descrição de Allan quanto na de Karbowski.

Deve-se ressaltar, a bem da clareza da comparação entre os dois autores, as diferenças entre os ambientes de pesquisa em que seus artigos se inserem. O artigo de Karbowski dialoga com teses caras ao debate contemporâneo a respeito do método aristotélico nos seus tratados em geral, e nas suas éticas em particular, debate estranho ao artigo de Allan, ainda que o método da *Ética Eudêmia* seja seu fulcro. Há meio século, classificar o método da *Ética Eudêmia* como quase matemático era assinalar a ela uma característica bastante peculiar, única mesmo, visto que o método aristotélico nas éticas era tido como dialético por excelência. Como em um tratado ético poderíamos encontrar traços de demonstrações de estirpe matematizante? A essa característica peculiar associava-se a pergunta sobre a relação entre as duas éticas. Allan, ao estudar o método da *Ética Eudêmia* e propor seu caráter quase matemático, via por trás dessa metodologia a figura de um Aristóteles sistematizador, que ele conjecturava ser o Aristóteles mais maduro. A *Ética Eudêmia* seria, assim, sob o ponto de vista de Allan, posterior à versão nicomaqueia (Allan, 1961, p.318).

O debate contemporâneo, no qual o artigo de Karbowski se insere, assume aspectos diferentes,

entre outros motivos porque a atribuição de um método dialético aos tratados aristotélicos tem sido questionada. Sugere-se especialmente se não seria o caso de considerarmos a hipótese de que o método dos tratados aristotélicos, ao menos alguns deles, esteja baseado no que ele afirma a respeito da pesquisa científica no segundo livro dos *Analíticos Posteriores*. Esse esquema tem sido proposto inclusive para os tratados éticos, particularmente a *Ética Nicomaqueia*. Nesse sentido, o artigo de Karbowski usa a crítica à tese de Allan como uma introdução a sua tese pessoal, que o método na *Ética Eudêmia*, sem ser matemático, o que vale dizer, sem ser científico, nem por isso é dialético, está todo explicitado em *EE* I.6 e fielmente seguido, ao menos no que diz respeito à definição de eudaimonia.

Meu roteiro será este: vou retomar a crítica de Karbowski a Allan, argumentar contra as teses do primeiro, o que não significa reabilitar as teses de Allan, defender meu ponto vista a respeito de como o problema seria mais bem conduzido, levantar a questão da cesura apontada acima e ensaiar uma explicação para ela.

## II.

É no capítulo 6 do livro I da *Ética Eudêmia* que Aristóteles se detém mais longamente a respeito de questões de método. O fato é reconhecido tanto por Allan quanto por Karbowski. As reconstruções que cada um faz do capítulo enfatizam pontos diferentes, mas não são, no seu todo, discordantes, exceto pelo fato de que Allan, diferentemente de Karbowski, ressalva que as observações aristotélicas em *EE* I.6 não chegam a alertar o leitor “para a mais singular característica do

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*,’ p. 141-160

método que o autor efetivamente usa”, o fato de que as definições de eudaimonia e de virtude moral, alcançadas por meio dos livros I e II da *Ética Eudêmia*, apresentam um “padrão matemático de dedução” (Allan, 1961, p.307). Mais adiante, explicita-se o que Allan entende por esse “padrão matemático”:

São pontos notáveis aqui a declaração formal das hipóteses que serão requeridas (II.1, 1218 b31-1219 a18), o uso frequente de ὑποκείσθω (*hypokeistho*) e o modo euclidiano com o qual se faz referência aos pressupostos ou às vagas definições iniciais. (ALLAN, 1961, p.309)<sup>2</sup>

Karbowski objeta, na tese de Allan, principalmente a hipótese de que haveria um padrão matemático de dedução por trás do raciocínio aristotélico. Não se trata de negar a existência da declaração formal das hipóteses ou o uso frequente de ὑποκείσθω (*hypokeistho*), pois essas características são evidentes, mas se trata de negar a essas características filiação matemática relevante.

Karbowski argumenta, inicialmente, que há uma diferença de procedimento importante entre o uso dessas premissas na matemática e na *Ética Eudêmia* (Karbowski, 2015, p.373) visto que, na matemática, essas premissas são colocadas no início da dedução, sem que se forneça uma justificativa ou argumentação para elas. Outra diferença relevante é o diferente status epistêmico entre as premissas matemáticas, que são princípios de demonstrações de natureza sintética, e as premissas da *Ética Eudêmia*, que, como pontos de partida do caminho que leva às definições, são proposições, no vocabulário aristotélico, ‘mais

conhecidas para nós<sup>3</sup>, com base nas quais se constroem as definições pretendidas (Karbowski, 2015, p.374). Karbowski ainda chama a atenção para o fato de que Aristóteles costuma ser explícito quanto à filiação matemática de suas teses, como é o caso da análise da cadeia deliberativa, comparada à análise geométrica, ou o caso da análise da justiça distributiva, no livro V da *Ética Nicomaqueia* (livro IV da *Ética Eudêmia*). Esse não é o caso aqui (Karbowski, 2015, p.375-377).

A esses motivos de ordem conceitual, Karbowski acrescenta outros. O uso de *hypokeistho* ou outros imperativos de terceira pessoa (vamos encontrar, na passagem, também ἔστω (*esto*) e ἐχέτω (*echeto*)) não é, no corpus aristotélico, exclusivo da *Ética Eudêmia*. É antes um dispositivo usual em Aristóteles e nem por isso estaremos obrigados a ver, em seu uso em outros tratados, um dispositivo matematizante (Karbowski, 2015, p.379-381). Por outro lado, o uso dos imperativos de terceira pessoa é usual em autores dos séculos V e IV a.C. Aristóteles estaria aqui, no segundo livro da *Ética Eudêmia*, apenas refletindo esse uso comum em autores da mesma época (Karbowski, 2015, p.381-383). Resta, se quisermos preservar a tese de Allan, adotá-la em um sentido enfraquecido: não há um padrão matemático de dedução por trás dos raciocínios da *Ética Eudêmia*, mas uma semelhança entre as cadeias de raciocínio usadas e os padrões matemáticos de dedução, semelhança que não deve ser considerada senão superficial (Karbowski, 2015, p.378-379).

### III.

Eu gostaria, entretanto, de colocar em relevo alguns fatos que não me parecem superficiais e que

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, 'A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*', p. 141-160

talvez sejam capazes de repor a questão em termos mais apropriados, o que não significa resolver, longe disso, a questão do método da *Ética Eudêmia*, muito menos, ainda, a questão do método nos tratados éticos de Aristóteles ou no seu *corpus* em geral. O artigo de Allan tem certa longevidade, fato reconhecido por Karbowski, e essa longevidade não me parece fruto da ingenuidade de seus leitores. Há efetivamente algo peculiar na maneira como a *Ética Eudêmia* chega às definições de eudaimonia e de virtude moral. Talvez essa peculiaridade não se veja totalmente esclarecida pelo fato de aproximarmos o método da *Ética Eudêmia* de um suposto método matemático, ou quase matemático<sup>4</sup>. É claro, como Karbowski argumenta, que o uso de *hypokeistho* e outros imperativos de terceira pessoa não é exclusivo, no corpus aristotélico, da *Ética Eudêmia*, mas também é evidente que, no tratado eudêmio, esses imperativos encontram-se concentrados em poucas linhas, concentração raramente encontrada em outros tratados. Se contarmos suas ocorrências a partir do início do livro II (1218 b31) até a definição de eudaimonia (1219 a39), ou seja, em pouco mais de uma coluna de texto da edição Bekker, encontraremos quatro imperativos de terceira pessoa<sup>5</sup>, número que se tornará mais significativo se fizermos uma leitura atenta da primeira dessas ocorrências, em 1218 b37. Ali, Aristóteles diz:

Sejam estas coisas *dadas como supostas* (*hypokeistho*) dessa forma *também* a respeito da virtude, que ela é o melhor estado, ou disposição ou capacidade de tudo quanto tem uma utilidade ou uma função.

Parece-me lícito considerar, baseado no 'também', que as premissas introduzidas nas linhas imediatamente



anteriores foram implicitamente introduzidas pelo mesmo mecanismo verbal usado aqui. Ainda, devem-se considerar como similares o uso de ὑπέκειτο (*hypekei-to*) em 1219 a10 para fazer referência à conclusão a que se chegou no capítulo 8 do livro I, que o melhor (*to ariston*) é fim (*to telos*), o ‘em vista do que’ (*to hou heneka*), conclusão que funciona em *EE* II.1 como premissa para a definição de eudaimonia, bem como o uso de τῶν ὑποκειμένων (*ton hypokeimenon*), em 1219 a28, para fazer uma referência recapitulativa das premissas mencionadas e importantes para a conclusão que se aproxima. Mas, mesmo sem contarmos essas três outras ocorrências, que não se tipificam formalmente como imperativos de terceira pessoa, ainda que introduzam ou recapitem premissas, em raros pontos do corpus aristotélico encontraremos concentração tão grande desses dispositivos linguísticos<sup>6</sup>.

Quanto a outro dos argumentos de Karbowski, que o uso de imperativos de terceira pessoa está difundido em autores dos séculos V e IV a.C., a maneira mais promissora de conduzir a questão, parece-me, não é negar filiação matemática ao método aristotélico baseando-nos no uso frequente dos imperativos por autores coetâneos, mas perguntarmos-nos que mecanismo linguístico está por trás do uso desses imperativos tanto no caso de autores dos séculos V e IV A.C. quanto na matemática. Há um substrato linguístico comum que vale a pena ser explorado. É esse substrato que está por trás tanto de seu uso por Aristóteles quanto por outros autores, inclusive seu uso em *Os elementos*, de Euclides.

Claro está que, nos *Elementos*, os axiomas estão introduzidos por meio de um imperativo (perfeito

passivo) de terceira pessoa, ἡτήσθω (*eitestho*), que poderia, em uma perífrase explicativa, ser traduzido por 'esteja postulado'. O fato de que se trata de um imperativo *perfeito* e *passivo* não me parece de pouca importância. Trata-se de um *perfeito* porque se assume certo *estado de coisas* como verdadeiro. No caso do primeiro dos postulados de Euclides, por exemplo, "esteja postulado traçar uma linha reta a partir de qualquer ponto até qualquer ponto", assume-se como verdadeiro o estado de coisas em que essa propriedade se verifica. A tradução de Irineu Bicudo serve como contraponto elucidativo: "Fique postulado traçar uma reta a partir de todo ponto até todo ponto" (Bicudo, 2009, p.98). Ainda que 'fique' dê conta, em alguma medida, da nuance semântica ligada a certo 'estado' que o aspecto do perfeito contempla, quando se diz 'fique postulado' há um espúrio ar de decreto: como se se dissesse "decrete-se ser possível traçar uma reta a partir de todo ponto até todo ponto". Não se trata da vontade de um legislador, ainda que não legisle em causa própria, mas se trata de aceitar como evidente um fato expresso sob forma de estado. Por isso, também, a voz passiva, que serve aqui, a meu ver, como forma de despersonalização do enunciado: não estamos diante de uma tese pessoal, mas de uma verdade e do implícito convite para que ela seja aceita<sup>7</sup>.

Quando passamos ao uso aristotélico dos imperativos de terceira pessoa na *Ética Eudêmia*, devemos, primeiramente, notar que a carga semântica dos verbos usados (ὑποκείσθω, ἔστω, ἔχέτω (*hypokeistho, esto, echeto*), sendo este último usado na forma ἔχω (*echo*) mais advérbio) dá conta do aspecto de *στάσις* (*stasis*), do aspecto estático do perfeito. Naturalmente, não se trata de *postular* algo como verdadeiro, pois não estamos falando de primeiros

princípios, mas se trata, de maneira semelhante ao caso dos axiomas, de aceitar algo como verdadeiro, verdade, entretanto, cujos fundamentos passam imediatamente a ser examinados e cuja fundamentação se vê logo estabelecida. Melhor diríamos: trata-se de aceitar, da proposição, sua pretensão à condição de verdade estabelecida, pretensão que, em seguida, passa a ser sumariamente examinada. Há, no gesto que se deixa expressar pelos imperativos, um convite à aceitação não problemática das proposições, gesto que, assim me parece, é o mesmo no caso dos axiomas dos *Elementos*<sup>8</sup>.

Quando passamos ao uso desses imperativos em outros autores do século IV a.C., encontraremos a mesma nuance. Não é o outro o sentido quando Sócrates, no *Mênnon*, de Platão, oferece sua primeira definição de figura: ἔστω γὰρ δὴ ἡμῖν τοῦτο σχῆμα, ὃ μόνον τῶν ὄντων τυγχάνει χρώματι ἀεὶ ἐπόμενον (‘seja isso para nós a figura, o único entre os seres ao qual sempre se segue a cor’). Tampouco é outro o sentido quando Aristóteles, no capítulo 24 do primeiro livro dos *Analíticos Anteriores*, propõe o seguinte ponto para exame: κείσθω γὰρ τὴν μουσικὴν ἡδονὴν εἶναι σπουδαίαν (‘seja esse o ponto de exame, se o prazer musical é nobre’). O que se propõe, em ambos os casos, é o exame da pretensão de verdade dessas proposições. Tanto a diferença de procedimento quanto a diferença epistemológica entre o uso dos imperativos de terceira pessoa na *Ética Eudêmia* e na matemática, que serviram como argumentos para Karbowski rejeitar a pretensão de Allan em ver no método da *Ética Eudêmia* filiação matemática, podem ser unificadas sob a visada comum de seu uso linguístico.

Que exista um fundo comum não significa, entretanto, que nos vejamos obrigados a reabilitar a tese de

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*’, p. 141-160

Allan, mas significa que as diferenças apontadas por Karbowski não são tão relevantes assim. Em ambos os casos trata-se de aceitar a pretensão de verdade dos princípios que, como nos lembra Aristóteles, podem ser ditos de duas maneiras: aqueles que são mais claros para nós (de onde partimos em direção aos princípios) e aqueles que são mais claros por natureza (os próprios princípios, de onde derivamos propriedades e teoremas relativos aos objetos das disciplinas em questão)<sup>9</sup>.

Poderíamos, então, unificar o método da *Ética Eudêmia* e o método matemático sob uma rubrica comum? Sim, poderíamos, mas, levada a seus limites, a questão se torna apenas um problema de nomenclatura. Aquém desses limites, entretanto, seria útil nos perguntarmos que utilidade haveria em aproximar os dois métodos. Allan parece apostar, ao atribuir ao método da *EE* filiação matemática, que estaríamos flagrando um dispositivo oculto ou ao qual Aristóteles adere de maneira implícita<sup>10</sup> e, nesse sentido, flagrar esse método é revelador. Além disso, se enxergarmos nessa adesão implícita a um método de estirpe matemática a figura de um 'Aristóteles sistematizador', como diz Allan, teremos motivos para defender a tese de que esse sistematizador é posterior ao Aristóteles mais discursivo e elegante da *Ética Nicomaqueia* (Allan, 1961, p.317-318). Karbowski considera essa aposta equivocada. Ele considera suficiente a exposição metodológica contida em *EE* I.6<sup>11</sup> para dar conta das características da argumentação que leva às definições de eudaimonia e virtude moral. Não há nenhuma metodologia que deva ser flagrada a despeito de Aristóteles. Segundo Karbowski, Aristóteles recorre aos imperativos de terceira pessoa, em particular, e à

declaração franca das premissas, em geral, para não cair no erro que ele recrimina no seu capítulo metodológico, qual seja, confundir os princípios com as consequências que derivam deles<sup>12</sup>.

#### IV.

Quaisquer que sejam, entretanto, as causas por que Aristóteles faz o uso aberto de premissas, há um fato a respeito desses capítulos da *Ética Eudêmia* que não me parece encontrar explicação razoável tanto no esquema de Allan quanto no esquema de Karbowski. Refiro-me à clara cesura existente entre a argumentação apresentada nos capítulos finais do livro I (*EE* I.7 e I.8) e o início do livro II.

Deve-se notar, inicialmente, que o uso dos imperativos de terceira pessoa é restrito ao livro II. Se esse uso está preconizado, de alguma forma, pelos preceitos metodológicos de *EE* I.6, deve-se explicar porque eles são utilizados, e utilizados de forma intensiva, apenas a partir do livro II. Além disso, no início do livro II Aristóteles anuncia um novo início (μετὰ δὲ ταῦτ' ἄλλην λαβοῦσιν ἀρχὴν περὶ τῶν ἐπομένων λεκτέον – 1218 b31 – ‘depois disso tomando um outro princípio, deve-se falar sobre o que se segue’). Esse ‘outro princípio’, de que se trata? Lembremo-nos que em *EE* I.7 também se anunciou um princípio, que tomaria como ponto de partida ‘aquilo que é primeiro’ (ἀπὸ τῶν πρώτων). Obviamente não podemos supor, a respeito do princípio anunciado no livro II, que se trata de outro princípio em direção ao qual se caminha, pois em ambos os casos estamos diante da procura pela mesma definição de eudaimonia. Tampouco me parece que o preceito geral exposto em I.6, tomar

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*’, p. 141-160

como ponto de partida aquilo que é verdadeiro, mas está expresso de maneira não clara, e seguir em direção ao que é verdadeiro e claro, seja capaz de explicar essa cesura<sup>13</sup>. Acrescente-se a isso o fato embaraçoso de que o ambiente argumentativo de *EE* I.7 e I.8 pode ser classificado, sem grandes pretensões nessa classificação<sup>14</sup>, como dialético. *EE* I.7 tem, logo no seu início, uma asserção cujo fundamento se encontra no acordo geral em torno dela: “de fato, há comum acordo (ὁμολογεῖται δὴ - 1217 a21) que isto (ou seja, a eudaimonia) é o maior e melhor dos bens humanos”. A partícula δὴ, é lícito supor, cumpre a mesma função em uma passagem semelhante na *Poética* (1447 a13), onde Aristóteles, tendo usado a mesma fórmula que precede esse acordo geral (ἀρξάμενοι ... πρώτον ἀπὸ τῶν πρώτων – ‘começando ... primeiramente pelo que é primeiro’) introduz uma asserção que seria bem aceita como uma verdade compartilhada<sup>15</sup>. E *EE* I.8 tem como programa refinar a noção de ‘o melhor’ (τὸ ἄριστον) por meio do exame de três ‘opiniões’ (δόξαι), uma das quais é claramente a opinião reputada de um sábio, Platão, ou de sua escola.

Esses são fatos que pedem explicações. Eu não tenho respostas que me pareçam satisfatórias para isso. Posso apenas avançar algumas tentativa preliminares, sem me preocupar muito se elas são exaustivas ou exclusivas. Quanto ao ‘outro princípio’ anunciado em *EE* II.1:

a. Pode ser que o ‘outro princípio’ se refira ao princípio estabelecido no final do livro I, qual seja, que o melhor (τὸ ἄριστον) deve ser identificado com a finalidade (τὸ τέλος). Assim, o início do livro II toma como novo princípio a asserção mais clara ‘o maior dos bens humanos é a finalidade’ em substituição/continuação

à asserção verdadeira, mas menos clara, ‘a eudaimonia é o maior dos bens humanos’. Essa explicação tem a vantagem de integrar os dois capítulos finais do livro I ao capítulo inicial do livro II sob a égide dos preceitos anunciados em *EE* I.6, mas não explica a concentração dos imperativos de terceira pessoa apenas no livro II e a aparência dialética de *EE* I.7 e I.8.

b. Pode ser, por outro lado, que o ‘outro princípio’ anunciado no início de *EE* II.1 refira-se justamente a essa mudança entre um contexto de exame das opiniões reputadas e a asserção um tanto quanto sumária de premissas e o rápido caminhar em direção à conclusão. Deve-se entender, nesse caso, ‘outro princípio’ como ‘outra forma de encaminhar a pesquisa’. Mas não conheço outra passagem em que o termo ‘princípio’, que tem, no sistema aristotélico, um uso bastante marcado, tenha esse sentido.

c. Pode ser que esse ‘outro princípio’ deva ser lido do modo simples e direto, como se referindo ao novo princípio imediatamente exposto, que todos os bens são, ou externos, ou internos à alma, e que os internos são preferíveis aos externos (1218 b32-33). Por que, entretanto, há a necessidade de expor isso como um novo princípio e por que esse novo princípio recebe tratamento diferente dos princípios expostos em *EE* I.7 e I.8?

De qualquer forma, a questão mais relevante, no meu entender, é a diferença entre os dois capítulos finais do livro I e o capítulo inicial do livro II quanto ao modo como Aristóteles encaminha seus argumentos. Para isso eu vejo duas explicações possíveis e um fato para o qual eu gostaria de chamar atenção.

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*’, p. 141-160

1. Aristóteles usa o imperativo de terceira pessoa ὑποκείσθω no início do *De sensu et sensibilia* para se referir ao que foi dito 'a respeito da alma'<sup>16</sup>. Igualmente, no início de *EE* II.1, Aristóteles faz referência aos 'tratados externos' (1218 b34). Talvez em ambos os casos tenhamos a introdução a uma discussão que já fosse familiar ao público visado e que, portanto, poderia ser rerepresentada de maneira sumária, sem um exame mais detalhado dos argumentos. Essa hipótese, entretanto, tem o inconveniente de trazer um motivo circunstancial, o público ao qual Aristóteles se dirige, como explicação para um fato do qual gostaríamos de extrair conclusões mais substanciais.

2. Não raro, os tratados aristotélicos apresentam uma cesura entre seu livro introdutório e o livro seguinte. Encontramos isso na *Physica* e no *De Anima*, por exemplo, onde, depois de um livro inicial devotado ao exame de opiniões alheias e teses concorrentes, o segundo livro segue rapidamente com a exposição da própria teoria aristotélica, sem que essa exposição siga-se como consequência necessária das discussões do livro inicial. Talvez estejamos aqui em presença de algo semelhante, ainda que a conclusão de *EE* I.8 quanto ao τέλος (*telos*) seja essencial na discussão que antecede e fundamenta a definição de eudaimonia.

Isso me leva a observar, e esse é o fato para o qual que gostaria de chamar a atenção, que a introdução do conceito de finalidade na *Ética Eudêmia* por meio da identificação de 'o melhor' (τὸ ἄριστον) ao 'fim' (τὸ τέλος), resultado específico de *EE* I.8, mas cuja pesquisa já estava indicada em *EE* I.7, é feita de maneira bastante diferente na *Ética Nicomaqueia*. Ali, não se trata de eliminar outros dois candidatos ao *summum*



*bonum* e ficar com o τέλος, mas de introduzi-lo diretamente logo nas primeiras páginas do tratado. A importância dessa diferença, ao menos assim me parece, foi bastante obscurecida pela objeção que se costuma fazer ao raciocínio aristotélico exposto no início de *EN* I.2 (1094 a18-22). Se, entretanto, considerarmos esse raciocínio, não como uma tentativa frustrada da prova da existência do bem supremo, mas apenas como a explicitação de certas propriedades ligadas a ele e à maneira como esse bem supremo se relaciona com outros bens, poderemos reabilitar *EN* I.2 e ver sob nova luz ao menos essa diferença, em meio a tantas outras, entre os dois tratados. Mas isso exigiria outra pesquisa e outro artigo.

Em suma, e de modo a concluir, não me parece fértil a ideia de que o método da *Ética Eudêmia* tenha filiação matemática, e nisso estou de acordo com Karbowski, mas não pelos motivos que ele apresenta. Sua satisfação com o método apresentado em *EE* I.6, por outro lado, parece-me titubear frente às exigências de explicação da cesura entre os livros I e II da *Ética Eudêmia*. Tentei fazer frente a essas exigências, mas mais precisaria ser feito, se é que uma resposta satisfatória é possível.

#### NOTAS

1 Textos originais, respectivamente: “phenomenological description of the Eudemian system” e “what really are the significant differences between the versions” (Allan, 1961, p.304).

2 Notable points here are the formal statement of the hypotheses which will be required (II 1, 1218 b31-1219 a18), the frequent use of ὑποκείσθω, and the Euclidean way in which reference is made to the assumptions or to the initial vague definitions.

3 Cf. *Physica*, Livro I, capítulo 1.

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*,’ p. 141-160

4 Aliás, a favor de Allan deve-se reconhecer que a denominação 'método quase matemático' pressupõe certa distância entre o alegado método da *Ética Eudêmia* e o método matemático estrito, distância que o corpo do artigo, entretanto, não chega a esclarecer de todo e que o artigo de Karbowski dilata a fim de objetá-lo. Note-se, também, que objeções do mesmo tipo foram feitas à tese já quando Allan apresentou seu paper em um colóquio em Louvain. A objeção parece que teve o seguinte teor: por que não dizer que o método aristotélico é apenas silogístico, sem atribuir a ele qualquer filiação matemática? (Allan, 1961, p.318, nota 6).

5 ὑποκείσθω (hypokeistho) 1218 b37, ἔστω (esto) 1219 a6, ἐχέτω (echeto) 1219 a 8, ἔστω (esto) 1219 a24.

6 Encontraremos um uso extensivo dos imperativos de terceira pessoa ὑποκείσθω (hypokeistho) e ἔστω (esto) no capítulo 11 do livro II dos *Analíticos Primeiros* (mas aí se trata efetivamente de cadeias demonstrativas) e no capítulo 6 do Livro II dos *Meteorologica*, onde se procede a uma exposição/demonstração por meio de um diagrama. Também encontramos esses termos presentes no capítulo 1 do sétimo livro da *Política*, mas aí eles não estão coordenados em uma cadeia argumentativa.

7 Poderíamos especular, se a nuance que proponho não é sutil demais para ser verdadeira, que a tradução de Irineu Bicudo talvez reflita, em algum sentido, o surgimento das geometrias não euclidianas nos séculos XVIII e XIX. A partir de então, a 'verdade' dos axiomas de Euclides passou a competir com outras 'verdades', de forma que não se tratava mais de reconhecer e aceitar a verdade dos axiomas, mas de aderir a ela.

8 As premissas são introduzidas, assim, não de forma precária, como seria o caso do raciocínio 'por hipótese', descrito no *Mênon*, de Platão. "Se a virtude é ciência, então ela pode ser ensinada", "Se A, então B", caso em que a verdade de B sempre será dependente da provisória verdade de A. Na *Ética Eudêmia*, as premissas são introduzidas de forma suficiente a sustentarem a conclusão pretendida: "é razoável aceitar A; aceitemo-lo; e disso decorre B".

9 Veja-se *Ética Nicomaqueia*, 1095 b1-5.

10 "But there (isto é, na dedução da definição de eudaimonia e de virtude moral) emerges a fact to which he (isto é, Aristóteles) does not explicitly call attention, namely the fact that

he sets before him a mathematical pattern of deduction” (Allan, 1961, p.307).

11 A tese se encontra mais desenvolvida em Karbowski, 2015a.

12 “If the current proposal is correct, Aristotle’s use of posits in the *EE* is primarily intended to prevent him from making a similar conflation of principles and theorems in the ethical realm” (Karbowski, 2015, p.385).

13 Para outra posição a respeito, veja-se a contribuição de Raphael Zillig a este volume.

14 Não quero me posicionar aqui sobre a grande polêmica acerca do caráter dialético ou não dos tratados aristotélicos. Para meu argumento, basta que se aceite ao menos certa ‘ambigüidade dialética’ em *EE* I.7 e I.8, ou nem isso: basta que se aceitem as distinções entre o modus operandi de *EE* I.7 e I.8 e *EE* II.1.

15 A estrutura se repete nas *Refutações Sofísticas*, em 164 a22-23. No lugar de δῆ, entretanto, temos μὲν οὖν.

16 τὰ μὲν οὖν εἰρημένα περὶ ψυχῆς ὑποκείσθω – 436 a5, que poderíamos traduzir, de maneira literal, como ‘estejam tomadas como premissas as coisas que foram ditas a respeito da alma’.

## BIBLIOGRAFIA

ALLAN, D. J. (1961). Quasi-mathematical method in the *Eudemian Ethics*. In: MANSION, S. (ed.). *Aristote et les Problèmes de Méthode*. Louvain, Publications Universitaires, p.303-318.

BICUDO, I. (2009). *Euclides. Os elementos* (introdução e tradução). São Paulo, Unesp.

BYWATER, I. (1979) (ed.). Aristotelis. *Ethica Nicomachea*. Oxford, Oxford University Press.

IGLÉSIAS, M. (2001). Platão. *Mênnon*. (tradução e notas). São Paulo, Loyola.

archai ἀρχαί

nº 20, may-aug. 2017

Fernando Gazoni, ‘A respeito do caráter matemático – ou não – do método da *Ética Eudêmia*’, p. 141-160

KARBOWSKI, J. (2015). Is Aristotle's *Eudemian Ethics* Quasi-Mathematical?. *Apeiron* 48, nº 3, p. 368-386.

\_\_\_\_\_. (2015a). *Phainomena* as Witnesses and Examples: The Methodology of *Eudemian Ethics* 1.6. *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 49, p.193-225.

KASSEL, R. (1965) (ed.). Aristotelis. *De arte poetica*. Oxford, Oxford University Press.

ROSS, W. D. (2008) (ed.). Aristotelis. *Analytica Priora et Posteriora*. Oxford, Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2001) (ed.). Aristotelis. *Parva Naturalia*. Oxford, Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2009) (ed.). Aristotelis. *Physica*. Oxford, Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. (2004) (ed.). Aristotelis. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford, Oxford University Press.

WALZER, R.R.; MINGAY, J.M. (1991) (eds.). Aristotelis. *Ethica Eudemia*. Oxford, Oxford University Press.

Submetido em Agosto e aprovado para publicação  
em Outubro, 2016